

A AUTONOMIA DA ESCOLA

Hannah Caroline Souza Barros Cavalcanti¹, Paula Dannelly Coelho Rodrigues², Ana Paula de Siqueira Souza³, Iris Priscila Lins de Andrade⁴, Catarina Souza⁵.

Introdução

Segundo Libâneo (2006), as instituições sociais existem para realizar objetivos. Os objetivos da instituição escolar contemplam a aprendizagem escolar, a formação da cidadania e a de valores e atitudes. O sistema de organização e de gestão da escola é o conjunto de ações, recursos, meios e procedimentos que propiciam as condições para alcançar esses objetivos.

A organização escolar tem características específicas tais como: seus objetivos dirigem-se para a educação e a formação de pessoas; seu processo de trabalho tem uma natureza eminentemente interativa, o grupo de profissionais tem níveis muito semelhantes de qualificação, dentre outros. Libâneo (2006), diz que a organização escolar refere-se aos princípios e procedimentos relacionados à ação de planejar, o trabalho da escola, racionalizar o uso de recursos (materiais, financeiros, intelectuais) e coordenar e avaliar o trabalho das pessoas, tendo em vista a consecução de objetivos. A organização e os processos de gestão assumem diferentes modalidades, conforme a concepção que se tenha das finalidades sociais e políticas da educação em relação à sociedade e à formação dos alunos.

Libâneo diz que a gestão é a atividade pela qual são mobilizados meios e procedimentos para atingir os objetivos da organização, envolvendo basicamente os aspectos gerenciais e técnico administrativos.

Através do presente trabalho buscamos investigar o que alguns gestores sabem sobre o assunto em pauta, e até que ponto os mesmos consideram as instituições que trabalham autônomas, procuramos ainda articular as falas dos entrevistados com os escritos de Libâneo (2006) e Veiga (1995).

Material e métodos

Para a produção desse trabalho baseamo-nos em Libâneo (2006) e Veiga (1995). A fim da obtenção dos resultados realizamos entrevistas com três gestores de instituições distintas. A fim de não comprometê-los, optamos por não divulgar suas identidades. Faremos referencia aos mesmos da seguinte forma: Gestor 01, Gestor 02 e Gestor 03.

Resultados e Discussão

Libâneo (2006), em seus trabalhos, comenta sobre as várias modalidades de gestão: a centralizada, colegiada, participativa e a co-gestão. Considerando essas modalidades de gestão, perguntamos aos gestores qual ele considerava operando em sua escola. O Gestor 01 respondeu: “*Gestão Colegiada, pois mesmo sendo legalmente um único gestor, todas as atitudes pedagógicas e administrativas são votadas em um colegiado, presidido por mim e composto pelos outros sócios*”.

O livro “*Educação escolar: políticas, estrutura e organização*”, cita quatro concepções acerca da organização e gestão escolar, entre elas, destaca-se a democrático-participativa, que tem como característica a valorização os elementos internos do processo organizacional (Libâneo, 2006).

Libâneo ainda sugere como principal meio de assegurar uma gestão democrática a participação, pois possibilita um envolvimento que inclui todos os integrantes da escola no processo de tomada de decisões e no que corresponde a o funcionamento da organização escolar. Os autores defendem como instituição autônoma a que tem o poder de decisão sobre seus objetivos e sobre suas formas de organização, que se mantém relativamente independente do poder central e administra livremente recursos financeiros.

Questionamos os gestores se os mesmos consideram as escolas onde trabalham autônomas, e quais aspectos as consideravam. O Gestor 02 respondeu: “*Sim, considero. Mesmo apoiado em teorias pedagógicas, o modo como regemos a instituição é muito autônomo, pois levamos em consideração valores e idealismos daqueles que compõem o corpo diretório*”. Perguntamo-nos até que ponto a instituição de trabalho dos gestores é autônoma. Destacamos a resposta do Gestor 03, que disse: “*Ao ponto de proporcionar aos meus alunos vertentes educacionais adaptadas ao*

¹ Discente do curso de Pedagogia da Universidade Federal Rural de Pernambuco - Unidade Acadêmica de Garanhuns. Av. Bom Pastor s/n, Garanhuns, PE. E-mail: hannah-barros@hotmail.com

² Discente do curso de Pedagogia da Universidade Federal Rural de Pernambuco - Unidade Acadêmica de Garanhuns. Av. Bom Pastor s/n, Garanhuns, PE. E-mail: pauladcrodrigues@hotmail.com

³ Discente do curso de Pedagogia da Universidade Federal Rural de Pernambuco - Unidade Acadêmica de Garanhuns. Av. Bom Pastor s/n, Garanhuns, PE. E-mail: ana.p.assouza@hotmail.com

⁴ Discente do curso de Pedagogia da Universidade Federal Rural de Pernambuco - Unidade Acadêmica de Garanhuns. Av. Bom Pastor s/n, Garanhuns, PE. E-mail: irispriscila_1@hotmail.com.

⁵ Docente do curso de Licenciatura em Pedagogia na Universidade Federal Rural de Pernambuco, Unidade Acadêmica de Garanhuns. Av. Bom Pastor s/n Boa Vista, Garanhuns- PE.

contexto e padrão de vida deles”.

Alguns autores relacionam o PPP (Projeto Político Pedagógico) como parte fundamental para a existência de uma escola autônoma e apresenta alguns subsídios para a reflexão e debate desse instrumento que norteia as ações pedagógicas e administrativas da escola. Com base nesse pressuposto indagamos os gestores sobre a existência desse documento em sua instituição, e por quem o mesmo foi elaborado, visto que o mesmo é assegurado pela LDB e sugerido a participação da equipe escolar e dos pais em sua elaboração. O Gestor 01 respondeu: *“Não tivemos a presença significativa dos professores no processo de elaboração do PPP. Contamos com o auxílio e orientação de um pedagogo que trabalhou conosco por um tempo, foi ele que primeiro definiu as diretrizes do PPP, amparado em teorias que melhor se encaixariam ao nosso propósito idealista de ensino”.* Quanto aos outros gestores, 02 e 03, responderam que esse documento ainda encontrava-se em fase de construção.

Veiga (1995), em seu artigo, *“Projeto Político Pedagógico e a Autonomia da Escola”*, também discute o projeto político pedagógico enquanto exercício da autonomia da escola e instrumento de viabilização da gestão democrática da escola pública. O tema é abordado do ponto de vista legal, da inter-relação entre projeto, regimento escolar e autonomia, e conflitam duas concepções diferentes sobre o conceito de autonomia. A discussão em torno do tema se complementa com relatos de experiência e observações de pesquisa de campo incluindo a questão da formação e da atuação dos profissionais da educação. Por fim apresentam-se algumas interrogações e propostas no intuito de viabilizar-se a concretização da construção coletiva do projeto pedagógico da escola. Para essa autora, o PPP é um das principais características de uma escola autônoma.

Outro fator que caracteriza uma gestão democrático-participativa é a participação dos pais e da comunidade nas decisões tomadas pela escola. Dessa forma questionamos: *“Sabendo que a participação da comunidade possibilita à população o conhecimento e a avaliação dos serviços oferecidos e a intervenção organizada na vida escolar, esta escola dispõe de alguma modalidade de participação da comunidade, como os conselhos de classe, associação de pais e mestres e conselhos de escola?”* O gestor 01 respondeu: *“O conselho de classe leva em consideração a opinião dos pais mais participativos, fazemos feiras e eventos abordando os problemas locais das pessoas que orbitam nossa escola”.*

Com base nos estudos que realizamos percebemos que o conceito de participação fundamenta-se no princípio da autonomia, que significa a capacidade das pessoas e dos grupos para a livre determinação de si próprios, isto é, para a condução da própria vida. Como a autonomia opõe-se às formas autoritárias de tomada de decisão, sua realização concreta nas instituições dá-se pela participação na livre escolha de objetivos e processos de trabalho e na construção conjunta do ambiente de trabalho. Dessa forma, a autonomia é um dos princípios e característica da gestão escolar participativa.

Notamos que, embora muitas vezes o discurso seja apropriado, a realidade não condiz com o dito. Apesar do que nos diz as diretrizes e bases que norteiam o sistema educacional, por raras vezes encontramos escolas e instituições de cunho educacional que se mostrem, de fato, autônomas.

Referências

- Libâneo, J. C. Educação escolar: políticas, estruturas e organização. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- Veiga, I. P. A. Projeto Político-Pedagógico da escola: uma construção possível. Campinas- SP: Papirus, 1995.